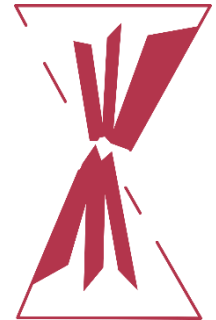


Apresentação

Entre a lide e a letra: notas de pesquisa sobre processos do Tribunal de Justiça de São Paulo



O sabor do arquivo passa por esse gesto artesão, lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação. Sem pensar muito nisso. E pensando o tempo todo. Como se a mão, ao fazê-lo, permitisse ao espírito ser simultaneamente cúmplice e estranho ao tempo e a essas mulheres e homens que vão se revelando (Farge, 2009, p. 23).

Na presente seção apresentamos parte dos trabalhos desenvolvidos pelos estagiários de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas no *Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça de São Paulo*, entre 2024 e 2025, por meio do convênio firmado entre o Tribunal e a USP - Universidade de São Paulo.

Nada mais prudente, então, do que iniciar a reflexão com uma epígrafe de Arlette Farge (2009) que, com seu estilo característico, desnuda o lirismo do trabalho em arquivo – é pouco provável que alguém descreva as texturas de um acervo com o mesmo engenho. Por meio de uma metáfora sinestésica, os “sabores do arquivo”, Farge elabora o seu próprio método, que consegue capturar de documentos institucionais, marcados pelo rigor do formalismo, as ásperas histórias de luta das classes subalternizadas na França.

Farge (2009) oferece um horizonte epistêmico para os trabalhos aqui apresentados. Isso porque muitos de seus esforços voltam-se para arquivos judiciais, mais precisamente do século XVIII, reunidos em uma série de instituições francesas, tais como o Arquivo Nacional, a Biblioteca do Arsenal e a Biblioteca Nacional. Suas reflexões evidenciam os desafios inerentes a um arquivo dessa natureza, tais como os silenciamentos e os formalismos.

A este respeito, vale também citar os desafios relacionados à análise dos depoimentos presentes nos processos. Como bem nos mostrou Ginzburg (1991), analisando processos inquisitoriais, os testemunhos em documentos de julgamento são “profundamente distorcidos” tanto pelas “pressões psicológicas” dos envolvidos como pelo enviesamento da

figura de poder na condução do inquérito, em uma orientação “claramente desequilibrada” (Ginzburg, 1991, p. 15). O analista histórico encontraria seu material exatamente na dimensão dialógica dos discursos dissonantes, lançando luz nas diversas camadas de enunciação que permeiam o processo judicial.

Outro contratempo se soma a esses desafios teóricos: o caráter multifacetado do *Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça de São Paulo*. Afinal, não é qualquer arquivo que consegue reunir desde cartas de alforria do século XIX, laudadas por ninguém menos que Luiz Gama; inventários da elite cafeeira; o suposto suicídio do nazista Gustav Franz Wagner; o incêndio no Edifício Joelma; até grandes crimes de repercussão nacional, tais como o caso de Suzane von Richthofen, de Chico Picadinho, do Bandido da Luz Vermelha e tantos outros.

Em 2024 o *Tribunal de Justiça de São Paulo* celebrou 150 anos, período em que milhares de pesquisadores recorreram ao seu acervo para desenvolver estudos. Grandes nomes como Anita Novinsky, Eni de Mesquita Samara e Maria Helena Pereira Toledo Machado estiveram presentes pessoalmente ou participaram do processo de autorização de pesquisa para seus alunos. Diversos acadêmicos iniciaram suas pesquisas no Arquivo Histórico ainda na graduação, durante a iniciação científica ou pesquisa monográfica, e seguiram frequentando o espaço até a conclusão do doutorado.

Embora os cursos de História e Direito aparentam ter maior afinidade com o acervo, pesquisadores de outras áreas, como Sociologia, Serviço Social, Jornalismo, Antropologia e Pedagogia também realizaram estudos no local. O Arquivo recebeu acadêmicos de diversas nacionalidades, vinculados a universidades do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa, que solicitaram autorização para pesquisa nas dependências da Justiça Estadual de São Paulo. Essas pesquisas envolveram desde investigações sobre grandes temas conduzidos por grupos até pequenos projetos individuais, incluindo aqueles voltados à escrita de um livro, confecção de uma reportagem ou preparação para concursos públicos.

Ao longo dos anos, os procedimentos e os prazos para obtenção de autorização de pesquisa passaram por mudanças, assim como os endereços onde o Arquivo esteve localizado. Como aponta Veiga (2012), trata-se de um acervo incômodo, pois, ao perder sua função institucional, deixa de ser essencial para a administração. No entanto, sua preservação é fundamental tanto pelo interesse público, que envolve o risco de danos a indivíduos ou grupos caso esses documentos sejam destruídos precocemente, quanto pelo valor social, à medida que se tornam objeto de análise em diversos campos do saber.

A assinatura do convênio em 2024 abriu possibilidades para a inserção da Filologia no campo da pesquisa com documentos judiciais. A perspectiva filológica, entendida em sua concepção ampliada e interdisciplinar como uma ciência que estuda o texto e sua história, tendo em vista diferentes dimensões, permitiu abordar os processos e registros judiciais não apenas como fontes históricas, mas como objetos de linguagem, memória e materialidade textual. Ao mesmo tempo, favoreceu o diálogo com áreas como História, Direito, Educação e Ciências Sociais potencializando uma leitura crítica das práticas escriturais e dos mecanismos de poder inscritos nos documentos. Assim, os trabalhos desenvolvidos pelos estagiários refletem não só o gesto de edição e análise textual, mas também o compromisso com a compreensão das relações históricas e discursivas que conformam esses arquivos.

Os estudos, aqui organizados sob a forma de artigos, refletem não apenas a pluralidade de abordagens possíveis diante de documentos judiciais, mas também o amadurecimento crítico dos estagiários no contato direto com fontes primárias. Tais experiências demonstram como o trabalho de leitura, transcrição e análise documental pode contribuir, desde a graduação, para a formação de uma postura investigativa e metodologicamente sólida diante dos textos do passado. Lembrando das palavras de Le Goff:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo [...] (Le Goff, 1990, p. 545).

Embora cada trabalho assuma recortes específicos e desenvolva percursos próprios, todos os textos aqui apresentados compartilham uma preocupação comum: refletir sobre a linguagem e a materialidade dos documentos judiciais como ponto de partida para análises críticas de fenômenos históricos, sociais e linguísticos. Ao explorar processos judiciais, cartas de alforria, *habeas corpus* e outros registros arquivísticos, os autores mobilizam conhecimentos da Filologia, da História e da Educação, estabelecendo diálogos férteis entre áreas e práticas acadêmicas diversas.

Em “Variação no registro do léxico no contexto jurídico: uma análise de documentos processuais do Tribunal de Justiça de São Paulo (1914-1940)”, Estela Trabachini lança luz na dimensão diacrônica e multifacetada da transformação da língua portuguesa nos processos judiciais paulistas entre o final do século XIX e das primeiras décadas do XX. A autora revela

que o período foi marcado tanto por reformas ortográficas como por inúmeras tentativas de normalização e padronização do linguajar jurídico. Conceitos como “excellencia”, “officio”, “anno”, “jury”, “Christo”, “mez”, “Sapucahy”, “tutella”, comumente encontrados entre 1890 e 1930, seriam progressivamente substituídos pelas suas versões modernas. Entretanto, a autora observa que esse processo esteve longe de ser uniforme, na medida em que a evolução lexical para os padrões modernos ocorreu décadas antes naquelas comarcas mais próximas da Capital, e naquelas que apresentavam infraestrutura educacional mais robusta, revelando que esse processo se configurou como uma espécie de síntese do contraste entre a capital modernizadora e o interior rural que marcou a Primeira República Brasileira. Trabachini ainda evidencia as consequências práticas desse processo de modernização da linguagem jurídica, que traria maior clareza e transparência na aplicação das leis.

Em “Luiz Gama e materialidade documental: diálogos entre Filologia e História no acervo do Tribunal de Justiça de São Paulo”, Elisa Silveira Martins, após realizar um balanço sobre a importância do acervo do *Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça de São Paulo* na preservação da memória judiciária paulista, volta sua atenção para uma das mais prestigiadas coleções: a antologia documental de Luiz Gama. Para tanto, e buscando revelar a potência semântica de Gama, Martins opta por estabelecer um diálogo entre a Filologia e a História, construindo uma sólida base metodológica para realizar a análise paleográfica.

Como principal base para a realização da transcrição e da análise documental, a autora escolheu um *habeas corpus* impetrado por Gama em 1882. Inicialmente, Martins assinala a importância do estudo paleográfico e da transcrição documental na construção de instrumentos confiáveis de pesquisa, tendo em vista que há, na literatura, uma série de imprecisões linguísticas relacionadas ao jurista, a começar pela própria grafia de seu nome, muitas vezes erroneamente grafado com “s” – “Luis Gama”. Em seguida, a autora escrutina os aspectos materiais do documento, como rasgos, furos, selos, manchas, numerações de páginas divergentes, marcas d’água e outras características extrínsecas, elementos fundamentais na reconstrução histórica do documento. Por fim, apresenta os autos no seu formato original e a sua transcrição, revelando a complexa teia jurídico-discursiva que se estabelecia na sociedade no final do século XIX pré-abolição.

O trabalho de Milena Maria de Sá Silva, “A ação de liberdade na educação básica: uma proposta de itinerário formativo com a crítica filológica do processo de Rosalia (1883)”, analisa o processo de Rosalia, escravizada que recebeu auxílio da *Sociedade Emancipadora*

Acadêmica de São Paulo para conseguir sua alforria, e propõe um diálogo entre o documento histórico e as funções da atividade filológica a fim de aprofundar o conhecimento acerca da produção do documento e possibilitar uma reflexão e produção crítica dos estudantes a respeito da resistência escravizada no século XIX no Brasil.

A partir do processo analisado, Silva apresenta uma sequência didática voltada para alunos do Ensino Médio que engloba a identificação, análise e discussão de aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. Além disso, a proposta didática aborda a temática da violência e o protagonismo político, social e cultural de minorias sociais, relacionando esses elementos à realidade atual dessas populações, culminando com uma produção de *zines* pelos estudantes.

Em “Transcrição e análise de um Auto de Justificação de 1859: um embate comercial na São Paulo do Séc. XIX”, Rebeca de Souza Martins realiza um exame técnico do documento, explorando suas características a partir de uma análise diplomática. O estudo compreende a apresentação da ficha codicológica, a transcrição do texto original e uma contextualização histórica da produção desse registro jurídico, finalizando com as reflexões propostas pela autora. Dadas as características do processo, diversas questões emergem diante do não-dito, dentre as quais se destacam: quais eram as circunstâncias factuais além daquelas descritas oficialmente e quem foram os atores daquela peça jurídica. Diante dessas questões, a autora apresenta algumas conjecturas e um certo choque de realidades distintas entre o presente e o passado.

O trabalho de Letícia dos Montes Melo “Os crimes sexuais contra a mulher na São Paulo do final do século XIX: análise de um Auto de Defloração de 1885”, realiza uma leitura filológica e crítica de um processo criminal envolvendo o estupro de uma adolescente muda, ocorrido na vila de Santa Rita do Paraíso, interior paulista. A autora parte da transcrição paleográfica conservadora do documento –incluindo o auto de corpo de delito, o auto de perguntas e a sentença– para discutir como os dispositivos legais do Código Penal de 1830 tratavam os crimes de defloração e estupro como categorias ambíguas, frequentemente utilizadas para suavizar a violência sofrida. O estudo revela como a linguagem jurídica da época, atrelada a valores patriarcais, relativizava a violência sexual e priorizava a noção de honra familiar em detrimento da proteção à vítima. A abordagem filológica permite não apenas recuperar a materialidade do processo, mas também refletir sobre os apagamentos e silenciamentos produzidos pelo discurso jurídico sobre os corpos femininos vulnerabilizados.

A seleção dos trabalhos aqui reunidos buscou refletir a diversidade de temáticas, abordagens metodológicas e estratégias analíticas presentes no conjunto das pesquisas realizadas no estágio. Os textos foram escolhidos por sua relevância acadêmica, originalidade e capacidade de demonstrar, de modo exemplar, as múltiplas formas pelas quais o acervo do Tribunal pode ser explorado como objeto e ferramenta de investigação filológica, histórica e pedagógica.

Em sua totalidade, os trabalhos revelam o potencial formativo e epistemológico da pesquisa com documentos judiciais, ao mesmo tempo em que reforçam a importância da preservação e do acesso a acervos públicos. Ao transitar entre análise linguística, crítica filológica, reconstrução histórica e aplicação pedagógica, eles reafirmam que o arquivo não é apenas um lugar de memória, mas um espaço de produção ativa de conhecimento em que passado e presente se entrelaçam nas mãos de quem lê, transcreve, interpreta e transforma.

Laura Natasha Nery Mendonça Brandão*

Mestra em Arqueologia (MAE-USP)

Servidora do Serviço de Preservação Documental do Tribunal de Justiça de São Paulo

 <https://orcid.org/0009-0009-8772-5971>

Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva**

Doutor em História (UNESP/Assis – SP)

Chefe do Serviço de Preservação Documental do Tribunal de Justiça de São Paulo (2024/2025)

 <https://orcid.org/0000-0001-8697-2799>

Phablo Roberto Marchis Fachin***

Doutor em Letras - Filologia e Língua Portuguesa (USP-SP)

Professor Associado do curso de Letras (FFLCH-USP)

 <https://orcid.org/0000-0002-2283-3906>

Vanessa Martins do Monte****

Doutora em Letras - Filologia e Língua Portuguesa (USP-SP)

Professora Doutora do curso de Letras (FFLCH-USP)

 <https://orcid.org/0000-0002-4929-5298>

* E-mail: labrandao@tjsp.jus.br

** E-mail: luiz.karat.silva@gmail.com

*** E-mail: phablo@usp.br

**** E-mail: vmonte@usp.br

Referências

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

GINZBURG, Carlo, O Inquisidor como Antropólogo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v. 1, n. 21, 1991, pp. 9-20.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

VEIGA, Alexandre. Judiciário, História e Arquivologia: Gestão de Arquivos Judiciais como Fontes Historiográficas. *In*: XII Encontro Estadual de História, Rio Grande do Sul, 2012. **Anais [...]**. ANPUH/RS, 2012, pp. 692-704.